

REAÇÕES FUNDAMENTALISTAS – TALIBAN E O TERROR CONVENIENTE –

*Alexander Martins Vianna**

Resumo. Este artigo pretende apresentar a relação entre a formação do Regime Taliban e os interesses estratégicos na Ásia Central e, assim, demonstrar o quanto a retórica da luta anti-terrorismo em nome dos valores democráticos é, na verdade, contra os seus verdadeiros princípios nos tempos atuais.

Palavras-chave: Taliban, fundamentalismo, Ásia Central, estratégia.

FUNDAMENTALIST REACTIONS – TALIBAN AND THE CONVENIENT TERROR –

Abstract. This article intends to show the relationship between the making of the Taliban Regime and the strategic interests in the Central Asia, and so to prove how the rhetoric of the anti-terrorist struggle in the name of democratic values is actually against its true principles in the contemporary age.

Key words: Taliban, fundamentalism, Central Ásia, strategy.

INTRODUÇÃO

Quem se debruçou sobre a imprensa a partir de 11 de setembro de 2001 teve à disposição, por três meses, informações sobre o cotidiano de opressão do regime Taliban no Afeganistão, posto sempre em contraponto aos valores ocidentais da liberdade, democracia e individualidade. Representantes de vários governos europeus e dos EUA tiveram a chance de criticar a forma como eram conduzidos os negócios internos pelo governo Taliban,

* Mestre em História Social pela UFRJ; pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO).

Rua D. João VI, lote 23, quadra 26 (Fundos) – Vilar dos Teles
25561-090 – São João de Meriti (RJ)

Telefone: (0xx21) 2757 3077 ou 92 17 57 67

E-mail: tempo@ifcs.ufrj.br

enfatizando várias vezes a questão do uso da burca, a discriminação da mulher, a censura sobre os meios de comunicação e o uso do ópio como base financeira do Afeganistão. Se nossos ouvidos se detivessem nos discursos dos chefes de Estado durante os três meses em que o Afeganistão dominou a mídia mundial, poderíamos mesmo acreditar que havia uma total cisão de interesses e princípios entre a emergência política dos Talibans e os interesses estratégicos dos EUA na Ásia Central. No último trimestre de 2001, os jornalistas que abordaram a realidade política, cultural, econômica e estratégica do Afeganistão fizeram ligeiras referências aos anos de guerra civil da década de 1980, ao contexto de devastação em que emergiu o Taliban na primeira metade dos anos de 1990 para, por fim, tratar em 2001 o seu regime como uma realidade pronta num jogo de disputas regionais.

Este tipo de prospecção *feita em 2001* foi bastante útil para mostrar o envolvimento dos EUA, Arábia Saudita, Paquistão e China no sustento de milícias afegãs contra a invasão soviética em 1979, tornando-as fortemente armadas, o que possibilitou que continuassem as suas disputas internas quando os soviéticos começaram a deixar o país em 1988. No entanto, tais países foram atenuadamente responsabilizados pelos desdobramentos posteriores, sendo tudo tratado do ponto de vista de um certo “descontrole sobre a situação”. Afinal, as lutas faccionais entre 1989 e 1992 e entre 1992 e 1996 pareciam “lutas medievais”, não faziam mais parte de *Nós*. Um outro país também ganhou o centro da cena nas manchetes: o Paquistão com o Interserviço de Inteligência (ISI) de suas forças armadas. Isso era bastante conveniente num contexto em que se tentava fazer um cerco contra o terrorismo islâmico, sendo o Paquistão o único país muçulmano que declaradamente investia em tecnologia bélica nuclear.

Considerando o imediatismo da linguagem jornalística e a sua necessidade de mostrar assuntos que envolvessem estratégia como um tabuleiro simplificado de jogo de xadrez a representar uma *situação presente*, os EUA não foram apresentados pela mídia norte-americana, depois de 11 de setembro de 2001, como responsáveis pelo surgimento do regime Taliban; pelo contrário, figuravam como a potência que se opunha frontalmente a ele, enquanto o governo paquistanês era apresentado como o único oportunista da ocasião: apoiou o regime Taliban, mas frente à pressão “heróica” do governo dos EUA – que prometeram a suspensão das sanções econômicas e uma ajuda financeira de 600 milhões de dólares –, foi forçado a abandonar seu campo em 12 de setembro de 2001.

Não se pode negligenciar o fato de que a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos (em que 50% da população eram de origem sul-asiática) e o Paquistão foram os únicos países que, *até 11 de setembro de 2001*, davam reconhecimento diplomático ao regime Taliban. Além disso, *até 7 de outubro*

de 2001, quando os EUA iniciaram os bombardeios aéreos em solo afegão, a *Aliança Norte* – grupo de oposição ao Taliban formado em outubro de 1996, sob a liderança principal dos tadjiques Buranudin Rabani e Ahmed Shah Massud e do uzbeque Mohamed Abdul Rashid Dustan – jamais tinha contado com o apoio militar efetivo dos EUA ou de qualquer potência européia, malgrado as tentativas de Massud de atrair seus interesses quando fez uma viagem à Europa em abril de 2001. Como veremos, as relações externas decisivas para as ações do Taliban e da *Aliança Norte* estavam marcadamente regionalizadas desde 1996, posto que afetavam os planos das políticas interna e externa da Rússia, China, Arábia Saudita, Irã, Índia, ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e Paquistão.

As lideranças que compuseram a *Aliança Norte* e os Talibans conseguiram uma unanimidade de apoio ou oposição muito tardia nos jogos de interesses regionais. Posições claras, bipolares, em relação ao Taliban, tais quais as observadas na imprensa no último terço de 2001, não existiam nem mesmo no interior do próprio ISI antes dos atentados de 11 de setembro. Os campos para heróis e vilões estavam bem mais borrados do que nos deixou ver o imaginário de terror construído nas histórias em quadrinhos norte-americanas de finais de 2001.

Um breve recuo: russificação da Ásia Central e o fim da URSS

As ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central (Kazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguízia) viveram processos políticos internos bastante semelhantes em finais dos anos de 1980 e durante os anos de 1990. Nos anos de domínio soviético, as estruturas dos partidos comunistas locais foram marcadamente ocupadas por imigrantes russos ou por membros russificados de uma das etnias titulares locais, de forma que havia uma profunda cisão entre o partido e as identidades étnicas e religiosas no interior de cada república não-russa. Esses países passaram por um violento processo de coletivização de terras entre os anos de 1930 e 1950, o que constrangeu povos pastores e nômades a ter uma vida sedentarizada. A violência do processo foi menos sentida no Uzbequistão, onde a população já vinha passando por um processo de sedentarização desde meados do século XIX. Além disso, nos anos de 1970, alguns projetos visando ao aumento do aproveitamento do solo com campos de irrigação causaram em médio prazo um esgotamento e conseqüente redução das já restritas áreas férteis de plantio. Os exemplos mais emblemáticos são Uzbequistão e Kazaquistão, no mar de Aral. No mesmo período, Turcomenistão, Uzbequistão e Kazaquistão receberam investimentos para a formação de um pólo petroquímico para o aproveitamento da bacia do Mar Cáspio.

Durante o domínio soviético, muitos grupos locais – inclusive no interior das próprias nacionalidades titulares – sentiam-se discriminados no acesso à habitação e outros serviços, assim como aos cargos na estrutura administrativa, invariavelmente dominada pela língua russa. Para agravar a situação, o nível de escolarização era baixo em relação às outras repúblicas soviéticas e, na prática, isso significava menor acesso ao russo como língua de ascensão social. A *nomenklatura* soviética não via com bons olhos os apegos religiosos da população das repúblicas da Ásia Central, onde predominava o islamismo, e pretendia que todos tivessem uma identidade soviética – na prática, russa – antes que tadjique, turcomena, uzbeque, kasaquistã ou quirguize. Por isso, as suas línguas nunca foram oficializadas – embora fossem usadas no trato cotidiano administrativo –, o russo continuou como a língua para os encaminhamentos administrativos oficiais e não houve qualquer esforço, antes da desagregação soviética, de compor para as línguas das nacionalidades titulares uma representação gráfico-fonética estável.

Nesse sentido, não surpreende que a abertura política iniciada por Mikhail Gorbachev em 1985 tenha dado oportunidade para reavivamentos étnicos e religiosos nesses países, particularmente estimulados pela ação soviética no Afeganistão e as demonstrações de força das etnias locais no confronto com o Exército Vermelho. Invariavelmente, na virada para os anos de 1990, podíamos observar uma relação política de força bem marcada nessas repúblicas: por um lado, uma *nomenklatura* russificada, dividida entre continuar ou não com as reformas políticas e econômicas de Gorbachev, preocupada em não perder espaço político e a inserção na estrutura administrativa; por outro lado, a formação de partidos baseados no respeito à sua cultura/etnia e/ou identidade religiosa que – tendo por referências suas nacionalidades titulares (constituídas artificialmente durante o domínio soviético) – queriam uma língua oficial própria, um alfabeto, uma bandeira e, no limite, a independência da URSS.

Depois da tentativa de golpe da linha-dura contra Gorbachev em agosto de 1991, a situação política ficou ainda mais tensa na Ásia Central e as repúblicas foram sucessivamente declarando sua independência. A reação popular ao golpe constrangeu qualquer ensaio das linhas-duras locais em seguir o exemplo da linha-dura de Moscow. Para muitos, a melhor solução para se manter no *establishment* foi a independência, o que significava manter para si as propriedades e estruturas do partido comunista em nível local. Sintomático foi observar as mudanças de nomes: muitas lideranças da antiga *nomenklatura*, pretendendo dar novos ares nacionais para os herdeiros alquebrados do PCUS, substituíram o termo comunista por *socialista* e/ou *democrático*, ou simplesmente passaram a associá-lo com o nome da nacionalidade titular.

Tal como estava acontecendo com a Rússia do ponto de vista político,

a independência de todas as ex-repúblicas da Ásia Central significou a formação de governos autocráticos que reprimiam violentamente qualquer oposição, particularmente os partidos religiosos e autonomistas, estabelecendo legislação que impedia que pudessem concorrer a cargos em qualquer instância administrativa. No entanto, do ponto de vista econômico, desaceleraram as reformas em direção à economia de mercado iniciadas desde meados dos anos de 1980, posto que implicariam em privatizações de propriedades do Estado ainda sob controle de membros da *nomenklatura* local. Esta tendência se manteve até meados dos anos de 1990, quando a queda acentuada do PIB levou seus governos a ensaiar programas de privatização para atrair investimentos estrangeiros. Podemos especular, usando o exemplo do Leste Europeu, que a escala de tais privatizações dependerá em larga medida da forma como os membros da velha estrutura serão inseridos na nova ordem mercadológica, que, tal como vem ocorrendo em outras partes, tem uma indisfarçável face excludente (WINDOLF, 1998).

A questão das nacionalidades que perpassa esses países deve ser vista com muito cuidado. Cada uma das ex-repúblicas definiu a sua nacionalidade – exposta no próprio nome – com base na criação artificial das nacionalidades titulares iniciada por Lenin (1870-1924), quando pretendia formar circunscrições administrativas que pudessem atenuar a fragmentação étnica da então recém-constituída URSS. Portanto, não sem certa ironia, podemos afirmar que cada ex-república soviética continuou em velhas bases sua política de nacionalidade – uma “russificação” pós-soviética. Como russos e eslavos se viram discriminados nos novos estados independentes, ocorreu uma emigração maciça na primeira metade dos anos de 1990, enquanto ocorria uma imigração de pessoas que eram minorias em outras repúblicas para as repúblicas em que seriam nacionalidade titular.

Além do evidente potencial de violência que tal situação cria dentro de cada ex-república soviética, deve-se considerar que os governos laicos e autoritários da Ásia Central – que pouco souberam atenuar os efeitos da crise econômica que se abateu sobre sua população – criaram um campo político para a emergência de grupos ou partidos políticos religiosos (moderados ou radicais) partidários de uma solução islâmica no combate aos efeitos da recessão. No Tadjiquistão, o confronto entre as duas tendências significou uma guerra civil em inícios de 1992, o que devastou a sua economia, terminando somente quando os grupos islâmicos da Oposição Tadjique Unida (OTU) assinaram um acordo de conciliação nacional em junho de 1997. No entanto, grupos islâmicos contrários ao acordo continuaram a fazer atentados contra o governo tadjique.

Essa tendência reativa do radicalismo islâmico marcou a década de 1990 na Ásia Central, situação que ficava tanto mais complicada devido ao fato

de grupos islâmicos de oposição contarem com bases territoriais de manobra etnicamente delimitadas no vizinho Afeganistão, que desde finais de abril de 1992 havia sido declarado um Estado Islâmico e onde várias facções estavam em disputa entre si por hegemonia em Cabul, treinando e exportando suas redes terroristas.

Os Talibans em cena: entre velhos recomeços e novos fins...

Na primeira metade dos anos de 1990, milícias islâmicas fundamentalistas sunitas emergiram das madrassas dos campos de refugiados pushtuns localizados no Paquistão e tomaram o poder em Cabul a 27 de setembro de 1996. Tratava-se dos Talibans, ou “estudantes corânicos” em língua pushtun. As madrassas onde se formou a geração do “golpe de Cabul” existiam desde 1984 – portanto, em pleno contexto de guerra contra os soviéticos –, e estavam localizadas entre Arghandab e Kandahar. Embora as madrassas, ou escolas de orientação corânica, tenham surgido desde os primeiros séculos do islamismo, a sua proliferação no Paquistão e no Afeganistão tenha sofrido transformações temperadas pelo contexto da Revolução Iraniana (1979) e da própria guerra contra os soviéticos, tais eventos estimularam uma radicalização dos muçulmanos em questão religiosa e muitas das madrassas passaram a abrigar os pobres deserdados pela guerra.

Formados nas madrassas em meio às conturbações sociais e psicológicas de mais de 20 anos de guerra, desprovidos da concepção de Estado-Nação, ou simplesmente inseridos numa sensibilidade tribal *reativa* à sua experiência, os Talibans ignoravam a história do Afeganistão e sua leitura do islã era baseada numa interpretação extremista e sumária (aos moldes wahhabitas sauditas), da tendência reformista deobanti. Portanto, as madrassas formadas nesse contexto já estavam bastante distantes dos ensinamentos teológicos originais de Shah Wali Allah (1702/1703-1762). Coincidência ou não, os investimentos sauditas chegaram a muitas dessas madrassas ao mesmo tempo que se podia observar a balança teológica pesar muito mais na direção de uma ortodoxia religiosa com interpretações restritivas das leis corânicas. Como o exército paquistanês teve grande participação no rumo das políticas internas do Afeganistão e em sua imersão em uma solução fundamentalista, caberia observarmos ligeiramente as transformações ocorridas em seus quadros desde começos de 1970 e sua influência na geoestratégia regional.

Era notório no último terço do século XX que a difusão do fundamentalismo no Paquistão provinha de suas próprias forças armadas – principal força econômica do país. A origem da linha intransigente que passou a predominar no Exército remontava à guerra civil que levou à secessão do Paquistão Oriental (Bangladesh) em 1971, a qual contou com o apoio da Índia.

A humilhante derrota provocou choques no interior das forças armadas paquistanesas e toda uma geração de oficiais cresceu com o firme propósito de chegar à paridade militar e política com a Índia.

A geração de oficiais paquistaneses cosmopolitas formados no colégio militar britânico de Standhurst – simbolizada pelo presidente Mohamed Ayub Khan, no poder entre 1958 e 1969 – foi sendo sucedida por uma nova geração saída das classes médias e rurais, a qual era bem mais suscetível aos apelos religiosos radicais islamitas. Este grupo foi encorajado e ampliado durante a gestão do general Mohamed Zia-ul-Haq, sendo particularmente estimulado pela retórica anti-soviética do contexto da guerra do Afeganistão dos anos de 1980. O general Mohamed Zia-ul-Haq havia se tornado presidente do Paquistão depois de um golpe militar em julho de 1977 contra Zulfikar Ali Bhutto (1928-1979), pai de Benazir Bhutto, afastando-se de sua política laica de orientação socialista, aproximando-se de grupos islâmicos – como o partido Jamaat Islami – e colocando-se na esfera de influência dos EUA.

Estrategicamente, o general Mohamed Zia-ul-Haq concentrou poderosos oficiais animados por uma ideologia que misturava nacionalismo antiindiano e messianismo islâmico nos serviços de inteligência que passaram a atuar no Afeganistão. O seu propósito era um realinhamento estratégico do Sul da Ásia, de modo que o Afeganistão pudesse se tornar um “Estado-Satélite” que assegurasse as suas fronteiras ocidentais, para assim melhor confrontar a Índia.

Em entrevista de 29 de junho de 1988, seis semanas antes do acidente que causou sua morte, Mohamed Zia-ul-Haq dizia que o Paquistão tinha a vocação de dirigir uma confederação pan-islâmica:

Vocês, norte-americanos,...desejavam que nós fôssemos um Estado da linha de frente. Ajudando vocês no Afeganistão, ganhamos o direito de ter em Cabul um regime de nossa escolha. Nós nos arriscamos e assumimos nosso papel e nós não permitiremos que a situação regional volte a ser o que era antes, com uma influência indiana e soviética e com reivindicações sobre nosso território. Haverá um verdadeiro Estado islâmico, uma verdadeira confederação islâmica, uma parte do renascimento pan-islâmico que conseguirá um dia – vocês verão – os muçulmanos da União Soviética. Não haverá mais passaporte entre Paquistão e Afeganistão. Quem sabe talvez um dia o Tadjiquistão e o Uzbequistão juntar-se-ão a nós e, por quê não, o Irã e a Turquia. (HERRISON, 2001)

A **mudança de perfil** e o **alcance** do islã militante na Ásia Central – que afetaria o perfil das madrassas que formariam os Talibans – foram

justamente uma herança desse apoio incondicional dado ao general Mohamed Zia-ul-Haq pelos EUA durante a guerra do Afeganistão nos anos de 1980. O Departamento de Estado do presidente norte-americano Ronald Reagan cometeu o erro histórico de deixar o governo paquistanês decidir quais grupos de resistência afegã receberiam a melhor parte dos 3 bilhões de dólares que os EUA e seus aliados dispensaram ao conflito. O ISI privilegiou grupos extremistas que representavam uma pequena minoria do Afeganistão. Além disso, deve-se considerar que a CIA cometeu um erro de cálculo ao encorajar a *jihad* de associações muçulmanas militantes do mundo inteiro contra os soviéticos no Afeganistão, visto que criaria bases para a formação de organizações terroristas, como Al-Qaeda – acusada pelos atentados terroristas nos EUA de 11 de setembro de 2001.

A lógica de usar o fundamentalismo como o melhor combatente contra os soviéticos provou o seu revés depois da Guerra do Golfo (1991), quando o útil fanatismo de outrora elegeu um novo inimigo: os EUA e tudo que representa seu poder. No Paquistão, os responsáveis por essa política – antigos generais do ISI – foram os atores-chave do regime militar que tomou o poder em 12 de outubro de 1999, assumindo a presidência o general Perwaiz Musharraf. Os generais do ISI continuaram a atuar no Afeganistão à revelia dos governos civis de Benazir Bhutto (1993-1996) e M. Nawaz Sharif (1997-1999), ambos acusados de corrupção.

Desde a saída das tropas soviéticas do Afeganistão no biênio 1988/1989 e a deposição de Mohamed Najibullah (1947-1996) em 28 de abril de 1992, o território afegão permaneceu dividido em várias facções em disputa entre si pela hegemonia em Cabul ou simplesmente para manter protegidas suas hegemonias territoriais. Os confrontos se inscreviam em diversos níveis: através de divisões entre etnias; a partir de alianças entre tadjiques, uzbeques e hazaras contra pushtuns; a partir de senhores da guerra contra seus rivais em hegemonias regionais, independentemente de etnia ou religião; por meio do confronto sunita/xiita; ou a partir da luta entre o fundamentalista sunita Hezb-i-Islami de Gubudin Ekmatiah e o moderado Jamiat Islami de Buranudin Rabani, com suas propostas de Estado Teocrático e Estado Laico, respectivamente. Qualquer esboço de poder legislativo desapareceu do Afeganistão a partir de 1992, deixando a população sob os efeitos da imprevisibilidade e insegurança das hegemonias ocasionais dos comandos das tropas em luta. Neste período, as potências regionais vizinhas se dividiram no apoio secreto às facções.

Embora o fundamentalista sunita Ekmatiah tenha tentado uma aproximação com o Irã em junho de 1993 e conseguido os Ministérios das Finanças e da Saúde para representantes da minoria xiita afegã, a continuidade da guerra e a sua aproximação estratégica ao líder uzbeque Rashid Dustan em

finais de 1993 impossibilitaram qualquer laço duradouro de confiança com os xiitas. Algumas demonstrações violentas de força em janeiro de 1994 tornaram a questão dos refugiados xiitas afegãos na fronteira do Irã um ponto a ser considerado na complicada pauta de negócios externos do governo de Teerã. Assim o Irã, tendo um governo de maioria xiita (93,4% da população), apoiou o Hezb-i-Wahdat, que representava os 15% xiitas (1,8 milhões) da população afegã, concentrados próximo à sua fronteira – sendo a maioria membros das tribos hazaras do Oeste do Afeganistão.

O governo do Irã pretendia aumentar a sua influência nas zonas petrolíferas da Ásia Central e romper o isolamento em que estava sendo posto pelos governos dos EUA e da Arábia Saudita. Para tanto, era fundamental ter uma base segura de apoio no governo afegão, ou pelo menos evitar que qualquer das facções hostis aos seus interesses pudesse ter uma posição hegemônica. A Rússia e o Uzbequistão, por sua vez, apoiaram as tropas uzbeques de Rashid Dustan.

Desde a guerra afegã contra os soviéticos, o ISI e o Jamaat Islami de Mohamed Zia-ul-Haq apoiavam o Hezb-i-Islami de Gubudin Ekmatiah. No entanto, em finais de 1993, este deixou de ser o principal beneficiário do apoio militar do ISI. Embora os generais paquistaneses não tivessem grande confiança em conseguir manter pleno controle sobre as ações dos Talibans, estes pareciam ser uma resposta autenticamente pushtun a pairar acima da corrupção das partes em conflito no Afeganistão e podiam representar esta maioria étnica alijada do governo desde que a aliança tadjique-uzbeque tomou o poder em 1992.

Embora Gubudin Ekmatiah pretendesse falar em nome dos pushtuns, era um ex-mujahedin sem bases autenticamente afegãs, diferentemente dos mulás do Taliban, que lançavam um movimento que tinha base local efetiva, pregando a paz, a justiça e o fim da corrupção. Além disso, pesava negativamente sobre ele a retaliação violenta imposta a Cabul em janeiro de 1994: contando com a ajuda secreta do ISI e com o apoio ocasional das tropas de Rashid Dustan, Gubudin Ekmatiah bombardeou Cabul, destruindo metade da cidade e matando 25 mil pessoas.

Seguindo uma tendência iniciada por Mohamed Zia-ul-Haq, os generais paquistaneses pretendiam assegurar no Afeganistão um governo-satélite de maioria pushtun que protegesse as suas fronteiras ocidentais e resolvesse de vez o problema dos refugiados afegãos – que sempre tomavam partido nas lutas políticas internas paquistanesas. Os fundamentalistas sunitas pushtuns representavam uma minoria étnica (13%) no Paquistão bastante útil nas disputas com a Índia pela Caxemira e correspondiam à maioria étnica (38%) no Afeganistão, estando concentrada no Sudeste. No entanto, a concentração dos pushtuns afegãos refugiados no Sudoeste do Paquistão e a

maioria demográfica pushtun na província paquistanesa da Fronteira Noroeste criavam um problema estratégico para a estabilidade de suas fronteiras ocidentais: depois da guerra, era possível que o governo que se estabelecesse no Afeganistão começasse a reivindicar territórios na fronteira paquistanesa com base em suas maiorias étnicas regionais.

Nesse sentido, era necessário para o Paquistão sustentar colaboradores afegãos fiéis e capazes de construir e dirigir um Estado vassalo aos seus interesses quando a guerra terminasse. Do ponto de vista estratégico, a manutenção da estabilidade das fronteiras ocidentais paquistanesas significava a possibilidade de acirramento de disputas territoriais com a Índia; em outras palavras, para sua fronteira oriental “avançar” era necessário que a retaguarda não estivesse sujeita a ataques-surpresa do Afeganistão.

Não obstante, a intenção do ISI era que os Talibans se aproximassem do partido Hezb-i-Islami, já que ambos tinham afinidades étnicas e religiosas. Ademais, com exceção de um breve episódio entre novembro de 1928 e outubro de 1929, quando o tadjique Bacché-i-Saqqao (Bachcheh Saqow) apoderou-se de Cabul e se fez coroar como rei Habibollah II, o governo instalado em 1992 criou uma situação atípica na história do Afeganistão (literalmente, “terra dos pushtun”) ao alijar a maioria pushtun de cargos e representação no governo. A própria guerra contra os soviéticos (1979-1988), concentrada no Norte do Afeganistão, parecia muito mais uma guerra tadjique e uzbeque do que propriamente afegã (pushtun), a qual, ao final, além de destruir o conjunto da economia do país, teve como desdobramento o seu total alijamento do governo.

Em finais de 1994, Gubudin Ekmatiah efetuou uma retirada estratégica para o Norte do Afeganistão, em Sarobi, alegando que não combateria “compatriotas pushtuns”. Na verdade, tudo leva a crer que se tratava de uma fuga para local seguro a partir do qual pudesse manter seu ataque aéreo sobre Cabul. Tal manobra teria também um outro efeito: fazer os “compatriotas pushtuns” das milícias Talibans se baterem diretamente com as tropas tadjiques comandadas por Massud que estavam estacionadas em Cabul e rendiam apoio a Rabani. No entanto, ao fugir para Sarobi, Ekmatiah abriu a brecha necessária para que os Talibans, em expansão pelo Afeganistão central, pudessem ocupar os quartéis-generais do Hezb-i-Islami, onde estavam concentrados pesados armamentos, munições e unidades de força aérea fornecidos pelo ISI. Tal situação de descontrole desagradou os generais paquistaneses.

As unidades xiitas do Hezb-i-Wahdat se juntaram ao coro de bombardeios sobre Cabul iniciado por Ekmatiah. Os Talibans também continuaram bombardeando Cabul até dezembro de 1995, mas não conseguiram uma posição definitiva que ameaçasse a capital até meados de

1996. No entanto, os Talibans tiveram bom êxito no uso dos recursos bélicos abandonados por Ekmatiah ao confrontarem as milícias do pro-iraniano Hezb-i-Wahdat, cujo líder Abdul Ali Mazari foi capturado e morto em março de 1995. Com isso, os Talibans conseguiram enfraquecer temporariamente o comando do Hezb-i-Wahdat e puderam tomar Herat – cidade sob influência do tadjique xiita Ismael Khan, aliado de Rabani – em setembro de 1995.

Para os EUA, Arábia Saudita e Paquistão, a expansão imprevista dos Talibans em direção ao Oeste era conveniente porque ajudava a isolar a influência do Irã, ao mesmo tempo que afastava as tropas de Massud. No entanto, aconteceu de uma forma que estorvou alguns interesses que os generais paquistaneses haviam começado a assentar na região. Os generais paquistaneses haviam estabelecido sólidas ligações com Ismael Khan, visto que o projeto de gasoduto que ligaria as reservas do Turcomenistão ao porto de Gwadar passariam por seus domínios em Herat. Ao invadirem os domínios de Ismael Khan à revelia do ISI, os Talibans provocaram a sua fuga para o Irã, cujo governo passaria a financiar o seu exército de resistência contra os Talibans – antes e depois da formação da *Aliança Norte* em outubro de 1996.

Frente ao quadro de forças na virada de 1994 para 1995, a ONU tentou intermediar um governo interino no Afeganistão em fevereiro de 1995, cometendo uma série de erros diplomáticos. Inicialmente, a ONU parecia interessada em permitir a participação dos Talibans, mas Buranudin Rabani não demonstrou uma posição clara sobre o assunto. Sentindo-se fortalecidos pelo campo aberto desde a retirada de Ekmatiah para Sarobi, os Talibans impuseram uma série de condições para participarem do governo interino: exigiam que os soldados de Massud deixassem Cabul, que suas próprias unidades constituíssem forças neutras na capital e que somente os “bons muçulmanos” tomassem parte do governo a representar as trinta províncias do país; por fim, não queriam a participação de Rabani, Ekmatiah e dos regalistas – esta última exigência já sinalizava que não haveria uma solução de “tipo saudita” para os interesses de Washington e Riad.

Como desenlace para tudo isso, o enviado especial da ONU, Mahmud Mestiri, e seu assistente, Charles Santos, foram inábeis em muitos aspectos: divulgaram muito cedo a lista do governo provisório, onde aparecia que a equipe seria dirigida pelo regalista Sultan Ghazi, primo do rei exilado Mohamed Zahir Shah, e que os Talibans estavam excluídos; falharam na formação de uma força neutra que pudesse persuadir os outros grupos a desarmarem-se e deixar Cabul, ratificando Massud para o Ministério de Defesa interino. Ora, tanto Massud quanto Ekmatiah eram vistos como os principais responsáveis pelo banho de sangue que se abateu sobre o país e, até então, Massud mantinha um exclusivismo tadjique e tinha a fama de ser muito violento com as demais etnias. Por fim, a ONU anunciou unilateralmente que

Rabani deixaria o poder em 21 de março de 1995, quando o próprio não tinha feito nenhuma promessa de data.

O prolongamento da guerra civil atrapalhava os vários projetos concorrentes de exploração dos recursos minerais das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Depois da retirada de Ekmatiah para Sarobi, os generais do ISI e os agentes da CIA não mais o encaravam como uma liderança possível para os pushtuns e concentraram suas forças nos Talibans, mas não pretendiam que ficassem fora da esfera de influência do partido Hezb-i-Islami. Os Talibans apareceram como única garantia para seu acesso à Ásia Central, por deterem naquele momento peso político para unir as tribos pushtuns contra os tadjiques. Se tivessem encontrado maior resistência da população, os Talibans não poderiam emergir na cena política afegã de forma tão rápida. No entanto, apenas o carisma inicial dos “estudantes” não seria suficiente para garantir a sua hegemonia na capital em setembro de 1996. Eles precisavam e encontraram apoio militar e estratégico, mas também demonstravam que não estariam completamente sob o controle do ISI ou da CIA.

Diante da iminência da ocupação de Cabul pelos Talibans em setembro de 1996, Buranudin Rabani e Ahmed Shah Massud fugiram para o Norte e juntaram forças com as tropas uzbeques de Rashid Dustan, passando a usar Mazar-e-Sharif como base de ação de resistência contra os Talibans. Em outubro de 1996, ratificaram o acordo que daria origem à *Aliança Norte*, que em julho de 1997 ganharia o reconhecimento da ONU como o único governo a representar o Afeganistão em assuntos externos. Ahmed Shah Massud tornou-se a principal liderança tadjique da resistência do Norte, mas tinha pouca inserção entre as populações não-tadjiques, entre as quais se notabilizou por retaliações violentas entre 1992 e 1996.

Em finais de 1999, havia um equilíbrio de forças e alianças estabelecidas por ambas as partes em conflito: os senhores da guerra agregados na *Aliança Norte* contariam com o apoio regional da Rússia, Irã, Índia, Kazaquistão, Quirguízia, Tadjiquistão e Uzbequistão, temerosos dos efeitos do sucesso político do Taliban como regime sobre a população muçulmana em seus respectivos territórios e da extensão de sua rede de apoio a ações terroristas contra alvos políticos de seus respectivos regimes. O apoio dos EUA ao regime dos Talibans cessou quando se descobriu que estava dando asilo político ao líder terrorista Osama Bin Laden e sua rede terrorista Al-Qaeda, negando sucessivamente os seus vários pedidos de extradição. Entretanto, até outubro de 2001, o distanciamento dos EUA em relação aos Talibans não significou ajuda financeira ou militar para a *Aliança Norte*.

A partir de 1998, os Talibans começaram a enfrentar problemas em relação aos efetivos de seu poder militar, formado basicamente nos meios tribais pushtuns, que deixaram de enviar os seus jovens regularmente para o

exército. Como consequência disso, os jovens foram sendo cada vez mais recrutados nas madrassas do Paquistão. Aliás, desde 1994, mais de 80 mil militantes islâmicos paquistaneses lutaram ao lado dos Talibans afegãos na guerra civil, esperançosos de que sua “revolução islâmica” se estendesse para seu próprio país, no qual uma sucessão de governos acusados de corrupção e violência apenas serviu para reforçar o desencanto com as instituições políticas laicas.

Em julho de 1999, o regime Taliban havia lançado uma grande ofensiva contra a *Aliança Norte*, contando com o apoio de aproximadamente 8 mil militantes, sendo a maioria formada por paquistaneses de Pendjab e Sind, o que demonstrava a simpatia ao regime entre grupos não-pushtuns. Nesse sentido, embora ao final do regime Taliban as simpatias da maioria dos chefes tribais pushtuns no interior do Afeganistão tenham progressivamente se enfraquecido, a influência e exemplo dos Talibans estavam longe de restringirem-se ao solo afegão ou paquistanês e, por isso mesmo, pode-se afirmar que o regime suscitou um problema de equilíbrio de poderes em toda a Ásia Central, visto que direta ou indiretamente alimentava rivalidades de grupos islâmicos radicais descontentes com seus respectivos governos no interior de cada país vizinho ao Afeganistão. As cinco ex-repúblicas soviéticas muçulmanas da Ásia Central tinham fronteiras porosas, economias em crise e aparelhos de seguridade social ineficazes, ou seja, a mesma fórmula que fez o sucesso dos Talibans no Afeganistão, daí a importância de se montar um bloqueio contra sua influência a partir do Norte.

Desde a tomada de Mazar-e-Sharif pelas tropas Talibans (agosto de 1998), Ahmed Shah Massud contava com uma importante base de apoio no Tadjiquistão, da qual recebia armas provenientes da Rússia e Irã. Além disso, foi permitido à *Aliança Norte* cobrar taxas de 20% sobre os carregamentos de ópio que iam para Uzbequistão e Tadjiquistão. Neste detalhe, a *Aliança Norte* não diferia do mesmo regime de taxaço imposto pelo regime Taliban a seus territórios ocupados.

Não obstante, a resposta política do regime Taliban aos governos que deram apoio à *Aliança Norte* pôde ser logo sentida: desde fevereiro de 1999, o líder do Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), Tahir Yuldashev, era procurado por ter organizado uma tentativa de assassinato contra o presidente Islam Karimov, a qual teve como resultado 16 mortos e 128 feridos após a explosão de seis bombas em Tashkent. Em maio de 1999, o Taliban autorizou a construção de um campo de treinamento militar em Mazar-e-Sharif, que ficava a poucos quilômetros da fronteira uzbeque. Tahir Yuldashev estimulou a vinda de centenas de militantes da Quirguízia, Tadjiquistão e Uzbequistão, assim como de separatistas uigurs da província chinesa do Xinjiang – minoria islâmica da fronteira da China com o Kazaquistão que foi responsável por

vários atentados contra o governo chinês ao longo dos anos de 1990.

Protegidas pelo regime Taliban, as lideranças terroristas do MIU e de Al-Qaeda foram ampliando sua base regional de poder. Nos EUA, o milionário saudita Osama Bin Laden foi declarado inimigo público depois dos atentados de 7 de agosto de 1998 às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, a que o governo norte-americano respondeu imediatamente com bombardeios em solo afegão a 20 de agosto de 1998, alegando estar destruindo campos de treinamento para terroristas. Simultaneamente, foram lançados ataques no Sudão (o alvo foi Cartum), onde se alegava que havia uma fábrica de armamentos que estocava armas químicas. No entanto, uma comissão internacional independente confirmou que o alegado alvo terrorista no Sudão era uma fábrica de remédios, Al-Shifa, que era responsável por 90% da produção e distribuição de remédios do país.

Além de não ter consultado nenhuma instância na ONU, o então presidente Bill Clinton conduziu a operação antiterrorista mesmo depois de o governo sudanês ter detido dois homens suspeitos de terem praticado os atentados nas embaixadas norte-americanas. Embora o fato tenha sido informado a Washington, o governo norte-americano negou qualquer oferta de cooperação com o Sudão. O efeito disso tudo foi o pior possível para seu cerco antiterrorista: “por vingança”, o governo sudanês libertou os suspeitos que havia prendido, identificados mais tarde como pertencentes à rede terrorista Al-Qaeda (CHOMSKY, 2002). Depois desses ataques, o governo Taliban reforçou mais ainda a sua posição de não entregar Osama Bin Laden, que se transformou, particularmente no Golfo Pérsico e no Paquistão, em uma espécie de figura moral popular de resistência ao imperialismo norte-americano.

Em 15 de outubro de 1999, a pedido do governo norte-americano, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1267, estabelecendo sanções econômicas ao regime Taliban caso não expulsasse o milionário saudita do território afegão. A situação internacional ficou muito mais tensa para o Afeganistão (e Paquistão) depois dos atentados terroristas suicidas que derrubaram as torres gêmeas do World Trade Center e uma ala do Pentágono em 11 de setembro de 2001, sendo usados como armas três aviões carregados de civis. O Departamento de Estado norte-americano apontou como responsáveis Osama Bin Laden e sua rede terrorista, preparando secretamente uma retaliação maciça contra os Talibans. Embora o governo do Paquistão tenha tentado intermediar a situação e convencer Mohamed Omar Akhund, líder do regime Taliban, a extraditar Osama Bin Laden, foi decidido na Shura (conselho dos sábios islâmicos) de 18 de setembro de 2001 que não havia provas suficientes que pudessem ligar Osama aos atentados.

Até então, os EUA e as demais potências ocidentais não haviam

manifestado apoio formal à *Aliança Norte* – os bombardeios norte-americanos em solo afegão em agosto de 1998 não tinham tal intenção –, deixando o Paquistão seguir livremente a sua política de intervenção direta favorável aos Talibans, embora isso contrariasse um acordo – assinado na ONU, em julho de 1999, por Tadjiquistão, Irã, Uzbequistão, Turcomenistão, China, EUA, Rússia e o próprio Paquistão – que proibia a qualquer um desses países interferir na crise afegã.

Ao longo dos cinco anos de regime Taliban, os governos do Paquistão e dos EUA progressivamente se colocaram em campos opostos na estratégia regional. No entanto, o governo paquistanês migraria para o lado norte-americano depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, apesar dos riscos de instabilidade política interna que facções fundamentalistas simpáticas aos Talibans pudessem provocar. Em outubro de 2001, com o início dos bombardeios norte-americanos no Afeganistão, violentos protestos anti-EUA estouraram na Indonésia, Bangladesh e Paquistão, sendo transmitidos pelos principais canais ocidentais de televisão, mas foram apenas os mais visíveis entre muitos menos divulgados que ocorreram na Ásia Central entre maiorias muçulmanas.

O governo de Riad – temendo justamente as reações de grupos islâmicos extremistas radicados na Arábia Saudita e o aumento da censura de lideranças religiosas – manteve uma posição ambígua em relação às ações retaliativas do governo norte-americano: oficialmente apoiou a coalizão antiterrorista, mas não permitiu o estacionamento de novas tropas norte-americanas em seu território ou o uso de seu espaço aéreo, diferentemente do que havia ocorrido durante a Guerra do Golfo (1991); ao mesmo tempo que aderiu à coalizão antiterrorista, ratificou a sua posição favorável à causa palestina. Os governos saudita e paquistanês tornaram-se uma incógnita para a política regional norte-americana, o que teve como efeito a busca de uma maior aproximação dos EUA com o governo da Rússia e a promessa de maiores investimentos em sua economia a partir de 2002.

A política dos EUA desde o fim da Guerra Fria não tinha considerado os jogos regionais de interesse e a fragilidade das bases de sustentação dos regimes da Ásia Central. As sanções econômicas norte-americanas contra o Afeganistão – iniciadas em outubro de 1999 e ampliadas em janeiro de 2001 – representaram um estrangulamento progressivo de sua população. O conselho de segurança dos EUA não considerou o contexto global da crise que se abatia sobre o país nem os problemas sociais da seca – provocada por uma estiagem que já durava 40 anos. Agravando a situação dos civis, o governo norte-americano apenas conseguiu reforçar correntes xenófobas e fundamentalistas que se mantinham poderosas desde o começo das guerras civis.

Depois de mais de um mês de bombardeios norte-americanos em solo

afegão, em 13 de novembro de 2001, as forças armadas da *Aliança Norte* encontraram o vazio político deixado pelo regime Taliban e entraram em Cabul. A situação ficou semelhante àquela de 1992: a maioria pushtun perdeu mais uma vez o centro do governo e suas principais lideranças abrigaram-se no Sul do Afeganistão; as potências ocidentais pretendiam que a ONU fizesse um governo de transição com representantes de chefes tribais de todas as etnias, mas as tropas da *Aliança Norte* não cumpriram o acordo de não entrar na capital até que um conselho multiétnico fosse formado, fazendo retaliações violentas aos presumidos Talibans ou suspeitos de simpatia.

Embora os bombardeios norte-americanos tenham facilitado a ação de retomada dos “senhores da guerra” de suas antigas áreas de influência no interior do Afeganistão, muitos interpretaram que as forças externas apenas transformaram em dias um processo que poderia durar mais alguns meses ou anos – e muitos não deixaram de lembrar o tempo em que o país foi deixado em estado de penúria sem atrair maiores interesses internacionais. Ainda que os atentados de 11 de setembro de 2001 tivessem mudado os rumos da guerra civil para os “senhores da guerra” da *Aliança Norte*, estes viam a sua vitória sobre os Talibans como o resultado de um processo criado, sustentado e sofrido por eles próprios.

Por fim, deve-se considerar que os ataques norte-americanos impulsionaram muitos chefes pushtuns – antes inclinados a tirar o apoio aos Talibans por estorvarem vários de seus costumes tribais – a manterem em novas bases um posicionamento anti-EUA perigosamente reativo ao governo interino do pushtun regalista Hamid Karzai. Entre os soldados pushtuns que participaram das tropas anti-Taliban cresceu a irritação com os erros dos ataques norte-americanos em Tora-Bora. Portanto, a pretendida “guerra curta” dos norte-americanos, sem uma ação militar direta de seus combatentes, valendo-se apenas de forças tribais aliadas, pode fazer o Afeganistão iniciar mais uma década sem superar as causas internas e externas que alimentam a guerra civil.

O terror conveniente

Os extremismos religiosos e as insulações em identidades culturais impenetráveis que observamos em diferentes países ao longo da década de 1990 são reações antianominianas de grupos que temem a marginalização e o desaparecimento, ou que, já há muito tempo marginalizados ou humilhados, pretendem alcançar alguma forma de dignidade. Corpos de pertencimento são então recompostos reativamente naqueles lugares em que a modernidade serviu como máscara para poderes políticos sentidos como opressores, insensíveis ou invasores. Por isso, é fazer memória rasa do passado

estigmatizar tais reações como “medievais”, “atrasadas” ou “barbárie”. Certamente, trata-se de reações regressivas para o indivíduo da modernidade, mas inscritas numa experiência política singular que foi o marco da contemporaneidade: o Estado-Nação.

Fazer tais considerações não tem por objetivo amenizar ou tirar a responsabilidade de quem comete um ato extremo de violência, mas sim jogar luz sobre as condições sociais, econômicas e políticas de sua existência. Um ato de violência não deve ser respondido como uma espécie de “revanche”, pois barra o processo de consciência em sentimentos primários de retaliação ou vingança, reduzindo as várias possibilidades criativas humanas a um jogo maniqueísta de ganhar/perder, bem/mal, *loser/winner*.

A autonomia democrática pressupõe um indivíduo capaz de autocrítica, de desprendimento ou desenraizamento, para que sua consciência não fique retida numa redoma de pertencimento a *corpus* nacionais, tribos, grupos ou times, caso contrário, cada anônimo norte-americano ou judeu continuará sendo responsabilizado no universo muçulmano pelas ações malquistas de meia dúzia de chefes de Estado, da mesma forma que os afegãos foram duas vezes bombardeados (1998 e 2001) com armamentos pesados norte-americanos em nome da luta *contra o terror* e contra Osama Bin Laden. Há um dispositivo totalitário bastante evidente na lógica que reduz o todo a parte ou a parte ao todo, com possibilidades de falas preemptórias de qualquer dos lados em conflito.

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a televisão norte-americana usou a espetacularidade das cenas da explosão e demoramento das torres do World Trade Center várias vezes, colocando ao fundo ou em tarjas pretas mensagens escritas que incitavam um revanchismo nacionalista. O resultado disso tudo foi claro: em menos de 4 dias, mais de 300 mil bandeiras dos EUA foram vendidas pela empresa Walmart. Em questão de horas, o mundo voltou a ser bipolar. A retórica televisiva apoiada pelo governo norte-americano dividiu o mundo entre “bons e maus”, incitando um sentimento de vingança que feriu, humilhou ou matou alguns presumidos ou verdadeiros trabalhadores muçulmanos em solo norte-americano, além de impossibilitar qualquer mediação da consciência que colocasse em questão o papel dos EUA junto aos países pobres de onde vêm emergindo os terrorismos reativos à sua hegemonia.

Os debates em torno das causas do atentado permaneceram em círculos restritos e boa parte da população norte-americana era incapaz de associá-las a décadas de política externa norte-americanas, que financiou – com a mesma facilidade que descartou – movimentos armados ou governos conservadores e autoritários no Terceiro Mundo para salvaguardar seus interesses estratégicos. Paradoxalmente, em nome de “sua democracia” e de

seu *way of life*, o governo dos EUA foi sustentando diversas experiências políticas antidemocráticas em países do Terceiro Mundo antes, durante e depois da Guerra Fria.

Por isso, a despeito do estatuto internacional (ocidental) de louco varrido e pária dos estratos aristocráticos da comunidade islâmica, Osama Bin Laden sustentava palavras que poderiam ecoar longe nas mentes dos árabes e/ou muçulmanos que observaram e viveram os efeitos da geoestratégia norte-americana no Oriente Médio:

A queda da União Soviética tornou os Estados Unidos mais arrogantes, e começaram a considerar-se mestres do mundo, estabelecendo o que eles chamam de nova ordem mundial (...). Hoje, os Estados Unidos têm um linguagem ambígua, chamando de terrorista qualquer um que vá contra sua injustiça. Eles querem ocupar nosso país, roubar nossos recursos, impor seus agentes para nos dirigir (...) e querem que estejamos de acordo... (CLEMONS, 2001)

Não devemos ignorar que estas palavras advindas da mente de um terrorista têm sustentação histórica, embora ignoradas pela maioria da população norte-americana. Isso torna-se tanto mais preocupante quando sabemos que parte das elites da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Oman e Kuwait reconhecem e aderem a estas palavras. Todos se ressentem do comportamento econômico e militar arrogantemente unilateral dos EUA, e um de seus efeitos nos movimentos religiosos dos deserdados do mundo muçulmano pode ser justamente um maior isolamento das elites muçulmanas cosmopolitas. Um novo paradigma para as relações internacionais que tenha como efetivo horizonte o bem-estar humano não será possível em uma atmosfera de revanchismos e enclausuramentos conservadores.

John Ashcroft, ministro norte-americano da justiça e fundamentalista cristão, manifestou-se favorável a perseguir suspeitos muçulmanos de terrorismo com “leis especiais e tribunais militares secretos”. Por conta de tais idéias, foi caricaturado no Washington Post como “novo Taliban”. No entanto, a sua atitude apenas representa uma velha equação que sacrifica a liberdade e os direitos civis em nome da segurança, o que no final das contas apenas serve para criminalizar as relações sociais. A restrição aos direitos civis foi institucionalizada pelo Congresso norte-americano em 26 de outubro de 2001, quando aprovou uma lei antiterrorismo que aumentava o *campo de ação e autonomia* da polícia e dos serviços de inteligência em relação ao poder judiciário.

Um dos efeitos da nova lei foi permitir a “detenção preventiva”, o que

antes seria considerado inconstitucional. Anteriormente à aprovação da nova emenda, já havia cerca de 1000 pessoas detidas para averiguação nos EUA por suspeita de envolvimento nos atentados de 11 de setembro (sic!), o que significava ficarem presas em cadeias de delegacias com detentos bem pouco simpáticos que associavam pele morena e barba a terrorismo. *A luta contra o terror* – na forma que foi peremptoriamente proferida pelo governo George W. Bush desde setembro de 2001 – apenas serviu para alimentar a indústria do armamento e do ódio, sem provocar um único arranhão nas causas reais do extremismo.

A empatia pela vida alheia deve transcender fronteiras para que uma nova sensibilidade efetivamente surja e impeça a todos de caírem na barbárie. É tão perigoso para a paz mundial chamar de “mal” o adversário político quanto batizar de “ocidentais” valores como o direito à vida, ao bem-estar e à autonomia das escolhas. Estes são patrimônios mundiais tanto quanto o ar que se respira, implicam em uma atitude moral e não em moralismos. Seria o mesmo que cair numa sedução neocolonialista considerar tais valores atributos exclusivos do “Ocidente” e ignorar séculos de história de trocas culturais entre povos que tornaram possível chegar à sua aparentemente simples formulação.

Nesse sentido, nem a violência dos opressores nem a revolta dos oprimidos – ou, mais perigosamente, aqueles que falam em nome destes sem conhecer efetivamente a sua condição existencial – podem ser tratadas como atos de heroísmo em seus respectivos nichos de legitimidade; pelo contrário, devem ser encaradas como sinalizadores de um problema maior que jamais poderá ser resolvido em toda a sua complexidade se os juízos tiverem o seu campo de percepção limitado por um espírito retaliativo ou enfocado através de lentes de carismas grupais. A violência retaliativa dos injustiçados frente aos opressores não é em si mesma revolucionária, apenas revela problemas no conjunto maior em que está inserida. Se este conjunto não muda, o que ocorre é tão-somente uma acomodação de novos atores em velhos papéis e, assim, a vítima de hoje pode tornar-se o algoz de amanhã.

REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. “Au nom du ‘choc des civilisations’”. In *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2001: p. 18-19
- AMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- AYAD, Christophe. “Wahhabismo, faca de dois gumes”. In *Jornal do Brasil*, 23 de setembro de 2001, p. 8

- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BISHARA, Marwan. “L'Ère des Conflits Asymétriques”. In *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2001: p. 20-21.
- BREMMER, Ian; TARAS, Ray (ed.). *New States, New Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CHETERIAN, Vicken; REKACEWICZ, Philippe. “Du Golfe à la Chine, des conflits à haut risque”. In *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2001: p. 16-17.
- CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CLEMONS, Steven C.. “États-Unis, excès de puissance”. In *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2001: p. 18-19
- DORRONSORO, G.. “L'injustice faite aux Afghans”. In *Le Monde Diplomatique*, Junho de 2001: p. 13
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- GELLNER, Ernest. “O Caráter Único da Verdade”. In *Antropologia e Política: Revoluções no Bosque Sagrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GOLUB, Philip S.. “La Tentation Unilatérale des États-Unis: Rêves d'empire de l'administration américaine”. In *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2001: p. 4-5.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HERRISON, Selig S.. “Les liaisons douteuses du Pakistan”. In *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2001: p. 22-23.
- HOUTEN, Pieter van. “The role of a minority's reference state in ethnic relations”. In *Archives Européennes de Sociologie*, t.39, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 110-146.
- KLARE, Michael. “La tentation unilatérale des États-Unis: les trois piliers stratégiques de Washington”. In *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2001, p. 6.
- KLINENGERG, Eric. “Ravages de la télévision continue”. In *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2001: p. 20-21.
- LIARDET, Jean-Philippe. “États-Unis: Une démocratie menacée par le renforcement de la lutte anti-terroriste?” In *NET4WAR*, 14 de janeiro de 2002.
- MANSILLA, H.C.F.. “O dilema da identidade nacional e do desenvolvimento

- autóctone em uma era de normas e metas universalistas”. In *Estudos Históricos*, vol. 5. Rio de Janeiro: FGV, 1992(9), p. 60-74.
- OLIVIER ROY. “Rivalités ethniques et religieuse, jeu de puissance en Afghanistan: Avec les talibans, la charia plus le gazoduc”. In *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 1996, p. 6-7
- ORTEGA, Francisco. *Para uma Política da Amizade*. Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- RASHID, Ahmed. “L’Afghanistan à l’heure des ‘Taliban’”. In *Le Monde Diplomatique*, Abril de 1995: p. 24
- RASHID, Ahmed. “Les Talibans au coeur de la déstabilisation régionale”. In *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 1999: p. 4-5.
- RATNER, Michael. “Vague d’intimidations aux États-Unis: Les libertés sacrifiées sur l’autel de la guerre”. In *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2001, p. 20-21.
- SANTOS, Boaventura Souza. “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”. In *Identidades: Estudos de Cultura e Poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Clausuras Contemporâneas: Individualização, Regressão e Terror”. In *Escritos sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- TSCHIRGI, Dan. “Des islamistes aux zapatistes: la révolte des ‘marginiaux de la terre’”. In *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2000: p. 16-17.
- TODOROV, Tzvetan. *Em Face ao Extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.
- TODOROV, Tzvetan. *O Homem Desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VIANNA, Alexander Martins. Dossier “Afeganistão”, 1994-2001: Taliban e Reações Fundamentalistas – Um fenômeno social, político e estratégico. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ), 2002.
- WINDOLF, Paul. “Privatization and elite reproduction in Eastern Europe”. In *Archives Européennes de Sociologie*, tomo 39. Paris, 1998(2): p. 335-376.